



COMPLEXO PORTUÁRIO DO AÇU: conflitos socioterritoriais e políticas sociais na periferia do capital

Rosangela Maria Amorim Benevides-Guimarães, Denise Cunha Tavares Terra

Grandes empreendimentos de infraestrutura como o CLIPA (Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açú), localizado no V Distrito de São João da Barra, norte fluminense fazem parte das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em um contexto econômico de ênfase ao export-led growth (GONÇALVES, 2012, p. 660). A presença do empreendimento no V Distrito é fonte de conflitos socioterritoriais vinculados às remoções forçadas de famílias que praticam atividades tradicionais como a agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo vegetal (PEDLOWISK, 2017). O objetivo da pesquisa é investigar o acirramento dos conflitos socioterritoriais em interface com as políticas sociais de base territorial, no período de 2007 a 2017. A pesquisa será qualitativa, ancorada metodologicamente na dialética, com o uso de inventário de informações, observação, pesquisa bibliográfica e documental, entrevista semi-estruturada e grupo focal. A questão de investigação centra-se em responder os fatores que potencializam o acirramento dos conflitos tendo como hipótese que o acirramento é potencializado pela inadequação das políticas sociais às vulnerabilidades socioterritoriais vivenciadas no cotidiano das famílias desapropriadas, diante da desregulamentação dos mecanismos de proteção social e ambiental no contexto do neodesenvolvimentismo e do neoextrativismo. Sob a égide do neodesenvolvimentismo, reatualiza-se a exportação de produtos primários agrícolas e minerários, dinamizada com o crescimento da demanda externa principalmente da China (CARVALHO e CARVALHO, 2011). Neste contexto, a desregulamentação social e ambiental, e políticas fiscais favorecem a instalação de grandes empreendimentos como os portos-indústrias, em territórios de comunidades tradicionais, que utilizando do mecanismo da desapropriação (LEVIEN, 2014) desorganizam grupos familiares e comunitários, compreendidos por Castel (2005) como a rede de proteção social primária, gerando vulnerabilidades no território e levando à emergência de conflitos pelo seu domínio e controle. Cabe às políticas sociais de base territorial, o estímulo ao protagonismo e a participação social na perspectiva do controle (PASTORINI, 2006) e da proteção social, como mecanismos de ampliação da cidadania.

Palavras-chave: Políticas sociais, Neodesenvolvimentismo, Conflitos socioterritoriais